

JUCESP
04 05 18



JUCESP PROTOCOLO
0.394.429/18-7



**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA PARA EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI**

SALI COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/MF 04.424.267/0001-67

NIRE 35.216.894.360

DULCINEA DE SOUZA PIMENTEL, brasileira, casada com regime parcial de bens, comerciante, nascida em 12 de fevereiro de 1967, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.465.056 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 068.327.808-85, residente e domiciliada à Viela Professora Ana Maria Cesar Silveira Moraes, nº 5 – Bela Vista – CEP: 06.070-282 – Osasco/SP, única sócia da Sociedade Empresária Limitada denominada

“**SALI COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.424.267/0001-67, com contrato social registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº NIRE 35.216.894.360 em 26 de abril de 2001, com sede à Avenida Dom Pedro I, nº 94 – Vila Osasco – CEP: 06.083-010 – Osasco/SP, resolve, na melhor forma de direito e consoante com o Art. 1.033 e 980-A da Lei 10.406/2002, e em conformidade com a Lei 12.441/2011, alterar e transformar o Contrato Social da Empresa, conforme as cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira

Fica transformada esta Sociedade Empresária Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, passando a denominação social a ser “**SALI COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**”, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Cláusula Segunda

O Capital Social da Empresa que era de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em razão da transformação, passa a ser alterado para o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado em moeda nacional, que nesta data de 29 de março de 2018, passa a constituir o Capital Social da Empresa.

Cláusula Terceira

Para tanto, firma, em ato contínuo, Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

DULCE SP
04 05 10

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

SALI COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ/MF 04.424.267/0001-67

DULCINEA DE SOUZA PIMENTEL, brasileira, casada com regime parcial de bens, comerciante, nascida em 12 de fevereiro de 1967, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.465.056 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 068.327.808-85, residente e domiciliada à Viela Professora Ana Maria Cesar Silveira Moraes, nº 5 – Bela Vista – CEP: 06.070-282 – Osasco/SP. Constitui uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sob as seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

Cláusula Primeira

A Empresa gira sob a Denominação Social de “**SALI COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.424.267/0001-67, com sede à Avenida Dom Pedro I, nº 94 – Vila Osasco – CEP 06.083-010 – Osasco/SP, podendo abrir outras dependências por simples deliberação de titular sem que para isso haja necessidade de qualquer, modificação no contrato social.

CAPÍTULO II

DA OBJETO SOCIAL

Cláusula Segunda

A Empresa tem por Objeto Social (i) comércio, locação e prestação de serviços de aparelhos topográficos, fotográficos e suas respectivas peças e acessórios.

CAPÍTULO III

DA DURAÇÃO

Cláusula Terceira

A Empresa tem seu prazo de duração por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer momento, por deliberação da titular.

DULCE
04 05 18

CAPÍTULO IV **DO CAPITAL SOCIAL**

Cláusula Quarta

O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, respeitando o valor mínimo de 100 (cem) vezes o salário mínimo vigente no país, detido, em sua totalidade, pela Titular **DULCINEA DE SOUZA PIMENTEL**.

Parágrafo Único: *A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.*

CAPÍTULO V **DA ADMINISTRAÇÃO**

Cláusula Quinta

A administração da empresa ficará a cargo da titular **DULCINEA DE SOUZA PIMENTEL**, que conforme disposto do Art. 1.060 do Código Civil, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na empresa, judicial e extrajudicialmente, inclusive perante instituições bancárias, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da Empresa, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto empresarial.

A administradora da empresa ora nomeada, observado o disposto no Art. 1.011, §1º, do Código Civil, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Empresa, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Primeiro: *Fica facultado a titular nomear procuradores em nome da Empresa, com poderes ad judicia e ad negotia, para um período determinado em procuração, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.*

Parágrafo Segundo: *Caberá a titular uma retirada mensal, a título de pró-labore, por ela a ser fixada anualmente, respeitada a situação financeira da Empresa.*

Parágrafo Terceiro: *É vedado o uso da firma em negócios ou documentos alheios aos fins sociais, bem como onerar, avalizar ou afiançar obrigações de terceiros em nome da Empresa.*

DUCE SP
04 05 18

CAPÍTULO VI **DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Cláusula Sexta

O Exercício Social será coincidente com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do Balanço Patrimonial e efetuada a apuração de resultados, em conformidade com as disposições legais pertinentes, ou em qualquer data, atendendo ao interesse social e respeitando-se a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro: *A titular poderá levantar Balanços ou Balancetes Trimestrais ou em intervalos menores, com base nos quais os lucros ou prejuízos apurados, creditados ou debitados em nome da titular, após as deduções dos encargos eventualmente incidentes, da forma da legislação fiscal aplicável.*

Parágrafo Segundo: *A titular será obrigada à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizado pelo presente Contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem em prejuízo do capital.*

CAPÍTULO VII **DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

Cláusula Sétima

Falecendo a titular da Empresa continuará suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor dos haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Empresa, à data da ocorrência do evento, verificada em balanço especialmente levantado para este fim.

Parágrafo Único: *Em caso de falecimento da titular, o futuro cônjuge/marido, por força de acordo prévio, pacto pré-nupcial e testamento, não terá direito as quotas sociais da Empresa, bem como a qualquer direito sobre a Empresa, seus bens, rendimentos e frutos.*

CAPÍTULO VIII **DA DECLARAÇÃO DA TITULAR**

Cláusula Oitava

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa na modalidade EIRELI.

JUCESP
04 05 18

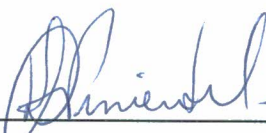
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Nona

Fica desde já eleito o Foro da Comarca do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas de questões oriundas do presente contrato, pelo que a titular renuncie a qualquer outro por muito especial que seja.

E assim, por estar de comum acordo, firma o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 29 de março de 2018



DULCINEA DE SOUZA PIMENTEL



JUCESP
JUCESP

04 MAI 2018

JUCESP